

CONSTITUINTE

Época de escolha do sistema de governo será apreciada hoje

por Francisca Stella Fagó de Brasília

Os 63 membros da Comissão de Organização dos Poderes do Congresso Constituinte decidem, hoje, se o sistema de governo deve ser definido antecipadamente ou somente quando a nova Carta for promulgada. Em reunião marcada para as 10h00 da manhã de hoje, a comissão examinará dois projetos de resolução propondo a definição preliminar por parlamentarismo ou presidencialismo.

O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da comissão, é contrário à definição prévia. Ao aprovarem o regimento interno, pondera, os constituintes concordaram em seguir um ritual que se encerrará com a promulgação da nova Carta. Decisões isoladas sobre qualquer tema, segundo ele, atropelariam o regimento e criariam problemas políticos e institucionais para o País.

Quando der início à reunião de hoje, Ferreira Lima, deverá ponderar tam-

bém que uma das tarefas do Congresso constituinte será encontrar a fórmula ideal de governo para o País. Essa fórmula poderá ser o resultado da combinação de uma infinidade de procedimentos típicos de parlamentarismo e de presidencialismo clássicos. Não seria razoável queimar etapas e prejudicar a discussão profunda sobre o tema.

Um dos projetos de resolução foi apresentado pelo deputado César Cals Neto (PDS-CE) e pelo senador Affonso Camargo (PMDB-PR). Com o apoio de cerca de cem constituintes, propõem a definição do sistema de governo e da duração do mandato do presidente José Sarney até o dia 15 de maio. O outro projeto é de autoria do deputado Gastone Righi, líder do PTB na Câmara, que propõe a definição antecipada pelo sistema parlamentar misto.

Righi sustenta que, sem a definição do sistema de governo, as demais comissões da Constituinte teriam dificuldades para funcio-

nar. Seria o caso das comissões do Sistema Eleitoral, do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, com influência direta nas comissões da Ordem Econômica e da Ordem Social.

AUDIÊNCIAS

Para hoje, a Comissão de Sistema Tributário programou uma audiência com os tributaristas Fernando Rezende e Alcides Jorge Costa, que participaram do anteprojeto de reforma tributária elaborado por uma comissão interministerial presidida pelo ex-ministro João Sayad.

A subcomissão dos municípios ouvirá diversas entidades municipalistas: Frente Municipalista, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Associação Brasileira dos Municípios, e Confederação Nacional dos Municípios. Representantes dessas entidades estão convidados para um debate na subcomissão de Tributos marcada para sexta-feira. Esse debate terá também a participação da Associação de Prefeitos das Capitais e de Conselhos Municipais.

Também hoje às 09h00 o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), como presidente da Associação Brasileira da Reforma Agrária, fará uma palestra na subcomissão que trata do assunto. As 17h00 falará o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Antonio Ernesto Salvo.

PRAZOS

Os prazos da Constituinte só serão cumpridos se os finais de semana forem aproveitados e não houver recesso em julho. Luís Henrique, líder do PMDB, está cético em relação ao cumprimento da determinação da presidência da Constituinte de terminar com o recesso de julho. Uma mostra disso foi a falta de quórum nas subcomissões que deveriam ter funcionado hoje. A comissão em que o líder do PMDB está inscrito, a do Poder Legislativo, também não se reuniu por falta de quórum.

O líder do PFL na Constituinte, José Lourenço, disse ontem que seria muito bom se os prazos da Constituinte fossem cumpridos.

Marco Maciel defende a manutenção no País do presidencialismo

por Andrew Greenless de Brasília

Uma veemente defesa do sistema presidencialista marcou ontem a palestra do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, aos constituintes da Subcomissão do Poder Executivo, encarregada de debater a forma de governo para o País. "Não será enfraquecendo o Executivo que democratizaremos o poder no Brasil", sustentou o ministro. "O que temos de fazer é fortalecer os demais poderes, para que eles atendam ao requisito básico do seu equilíbrio."

Maciel, no entanto, salientou preferir um "presidencialismo congressional". Neste sistema, segundo o ministro do PFL, nomeações de ministros e titulares de postos-chave na administração federal dependeriam de aprovação do Congresso. Da mesma forma, um voto de desconfiança dos parlamentares teria força para destituir estas autoridades.

Haveria, porém, contrapartidas. O Executivo manteria seu direito, por exemplo, de editar decretos-leis. A novidade estaria na possibilidade de o Congresso apresentar emendas de modificação ao texto.

Para provar sua tese de que o parlamentarismo não deve ser instituído no país, Maciel recorreu a diversos autores, entre eles o histo-

riador José Honório Rodrigues, para quem "o parlamentarismo, sem reforma da estrutura econômica, só agravará a instabilidade política, pois fragmentará o poder executivo, já em frangalhos, pelas enormes pressões estruturais, econômicas e sociais". Ainda segundo o historiador citado por Maciel, "a política nacional de desenvolvimento exige um poder executivo concentrado, eleito pelo voto majoritário, para promover os ajustamentos indispensáveis e enfraquecer as terríveis pressões internas e externas".

Terminado o pronunciamento de 39 páginas, Maciel passou a debater com os membros da Subcomissão. A duração do mandato do presidente José Sarney foi logo levantada e o ministro reafirmou seu apoio à tese de que prevalece a atual Constituição, ou seja, Sarney fica seis anos no Palácio do Planalto.

Segundo Maciel, o presidente tem insistido numa definição urgente do mandato. Para o ministro, no entanto, a pressa excessiva pode ser prejudicial, já que um acordo político, agora, corre o risco de ser modificado no decorrer dos trabalhos constituintes. O relator da Subcomissão, senador José Fogaça, do PMDB, defendeu, por sua vez, uma ampla consulta à Aliança Democrática e uma definição imediata sobre a questão.

CNI apresenta suas propostas

por Guilherme Barros do Rio

Eleições de dois turnos para cargos majoritários, fortalecimento do poder legislativo, autonomia sindical sem pluralismo, liberdade de mercado e a limitação da participação do setor público em até 50% na economia. Essas são algumas das sugestões contidas num extenso documento formulado pelas principais lideranças empresariais do País à nova Constituição que serão entregues hoje, às 18 horas, em Brasília, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Segundo o documento, as proposições que ali estão foram elaboradas a partir das conclusões do Encontro

Nacional da Indústria, realizado de 28 a 30 de março de 1984 e entregues ao falecido presidente Tancredo Neves. A proposta dos empresários engloba todos os setores que estão sendo discutidos na Constituinte em suas comissões e subcomissões e é complementada, ainda, com tópicos da Constituição de países como Estados Unidos, França, Suíça, Portugal e Venezuela.

No capítulo dedicado à ordem econômica, o documento define que a participação do Estado na economia deve ter caráter suplementar à iniciativa privada. O trabalho ressalta que as empresas públicas e aquelas de empresa mista devem reger-se pelas mesmas normas das empresas privadas, incluindo o direito ao trabalho. De acordo com o documento, aquela



Albano Franco

empresa pública ou de capital misto que apresentar déficit em dois orçamentos seguidos será dissolvida ou transferida para o setor privado, excluindo aquelas de segurança nacional.

Além disso, as propostas à Constituição incluem a criação, por lei federal, de um Conselho Nacional de

Economia Produtiva (CNEP), composto paritariamente de empresários, trabalhadores e representantes governamentais para opinar previamente em projetos de lei e regulamentos do governo nos âmbitos econômico e social.

No espaço dedicado à organização sindical, a proposta dos empresários destaca que "é preciso não confundir a liberdade sindical com a pluralidade sindical".

De acordo com o documento, a maioria dos países ocidentais, inclusive aqueles que ratificaram a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), concentra a representação dos interesses de classe em organizações sindicais regionais, "o que implica excluir dessas representações outros organismos da mesma categoria ou da mesma base territorial".

PDT

Brizola propõe uma trégua a Saturnino

por Riomar Trindade do Rio

O debate público sobre as divergências do ex-governador Leonel Brizola com o prefeito Saturnino Braga, alimentado por ambos e por outros membros do PDT nas últimas semanas, poderá arrefecer e a crise interna do partido ser equacionada. Ontem, em entrevista coletiva, mesmo mantendo as críticas a Saturnino, Brizola propôs uma trégua. "Faço um apelo ao Saturnino e ao PDT: o momento não é bom para essa análise pública, porque a imprensa está nos provocando. Vamos parar um pouco com a discussão pública e fazer uma reflexão interna, reunir o partido para aprofundar o debate e evitar declarações até que a imprensa se acalme", disse Brizola, com o objetivo de deslocar o debate das páginas dos jornais para dentro do PDT.

Brizola, que vinha criticando asperamente o prefeito do Rio, tentou minimizar a crise que envolve o partido. "Não há crise, o que há é um 'affair' e consideramos que isso faz parte da boa prática partidária. Pretendemos aprofundar esse debate, o exame da questão, dentro do partido", afirmou. Brizola salientou também que nunca chegou a pensar na expulsão de Saturnino Braga do partido, desautorizando declarações nesse sentido de outros líderes pedetistas, que consideravam o prefeito do Rio já fora do PDT. "Francamente, nunca pensamos ou usamos a palavra expulsão. Não cogitamos de nenhuma medida dessa drasticidade", afirmou Brizola.

Após afirmar que não fez críticas a Saturnino Braga,

mas apenas expressou seu pensamento — "Não há nenhuma questão pessoal, mas o PDT questiona a atuação do prefeito em alguns aspectos em que ele foi contra as diretrizes do partido, como no caso da tentativa de extinguir o 'gatilho' salarial e as demissões na fábrica de escolas", disse —, Brizola considerou a atual crise um "episódio desafortunado para o PDT" e acusou a imprensa, que considera desgastada. "A grande imprensa quer dividir o PDT para esconder as mazenhas do governo federal. Os donos dos jornais manipulam os jornalistas e as matérias, transformando os repórteres em leva-e-tráz", afirmou.

Brizola admitiu que entre ele e Saturnino Braga existem divergências "de cunho ideológico, em alguns casos", e afirmou que decisões do prefeito como a proposta de extinção do "gatilho" salarial e as demissões na Fábrica de Escolas pressupõe a existência de "um envolvimento implícito de Saturnino com o presidente Sarney e o governador Moreira Franco e, conseqüentemente, seu afastamento das teses do PDT". E acrescentou, em tom conciliador: "Pode até ser uma questão de boa fé".

Brizola comanda hoje, em Brasília, uma reunião da executiva nacional do PDT, que contará com a participação dos deputados federais e estaduais do partido. O encontro é para traçar as diretrizes do partido na Assembleia Nacional Constituinte e a direção nacional do PDT tentará unificar os discursos dos parlamentares em torno da defesa de eleições diretas no menor prazo possível.